

Resenha do livro:

LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 120p.

*Resenha por Diogo da Silva Roiz**.

História do ensino de história: caminhos em construção.

No Brasil, ainda são escassos estudos sistemáticos sobre a história do ensino de história, muito embora as fontes existentes e as possibilidades de se abordar o tema já houvessem indicado como seriam profícuas tais investigações, como demonstrou, na França, François Furet, no seu livro *A oficina da História*, e Selva Guimarães Fonseca, no seu livro *Caminhos da história ensinada*, e Circe Bitencourt, no seu livro *Pátria, civilização e trabalho*, para o caso do Brasil.

O texto de Thais Nivia de Lima e Fonseca, *História & Ensino de História*, impresso em 2003 pela editora Autêntica, teve entre seus principais objetivos reconstituir a história do ensino de história no Brasil, objetivo que em parte a autora conseguiu atingir com méritos. Outros objetivos foram: o de demonstrar as possíveis fontes e formas de se inquirir o objeto; demonstrar a prioridade de se conhecer o tema, que é pouco conhecido e investigado pelos historiadores profissionais e pelos estudantes de história em formação; e ainda, alencar as melhores maneiras de se abordar o objeto, objeto em construção e em que quase tudo ainda está para ser feito.

O livro foi dividido em quatro capítulos. No primeiro discute o objeto, as fontes e a historiografia sobre a história do ensino de história, tendo como base a historiografia francesa, para onde a discussão avança mais detidamente, e em menor proporção a autora discute a historiografia de outros países sobre o tema. Demonstra a importância da definição de disciplina escolar, e acompanha o desenvolvimento da história enquanto uma disciplina tecnicamente ensinável. Para ela as “características do conjunto de conhecimentos definidos como História, no universo escolar, nem sempre foram às mesmas nem se mantiveram fiéis a uma estrutura de organização semelhante a que conhecemos hoje para as disciplinas escolares. Na verdade, o próprio estatuto da História enquanto campo do conhecimento mudou com o tempo, conforme suas relações com o debate científico de uma forma geral e com as Ciências Humanas em particular. A rigor, somente a partir do século XVIII é que a História começou a adquirir contornos mais precisos, como saber objetivamente elaborado e teoricamente fundamentado” (2003: 20-21). Para ela, no século XVIII, ainda sob o impacto do Iluminismo, vários conteúdos foram introduzidos e outros repensados no elenco das disciplinas escolares. Como indica a “História, ainda não constituída como disciplina escolar e ainda não totalmente desvincilhada do sentido providencial, passaria a ser ensinada, desde o final do Antigo Regime, com o intuito de explicar a origem das nações. Sob a influência do Iluminismo, seria cada vez menos a história sagrada e cada vez mais a história da humanidade” (2003: 22-23).

No segundo capítulo faz um recenseamento dos principais trabalhos, com vistas a demonstrar as tendências das pesquisas sobre a história do ensino de história no Brasil. Observa que “a ausência ou a fragilidade da problematização compromete a discussão de questões de grande relevância para a compreensão do processo de constituição da História como disciplina escolar no Brasil desde o século XIX, de seu ensino ao longo do tempo e de suas inúmeras relações, sobretudo com a política e com a cultura” (2003: 32). Ressalta que as

* Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca, foi bolsista CAPES. Professor do departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai.

lacunas são ainda diversas, e a história do ensino de história não deve ser buscada apenas nas fontes institucionalizadas, ou somente na sala de aula, mas também em “outras instâncias do cotidiano e a atenção a esta sua outra face irá, com certeza, enriquecer e consolidar este campo de pesquisa” (2003: 36).

No terceiro capítulo, o mais denso do livro, a autora aproveitou sua dissertação de mestrado, *Os combates pelo ensino de história*, defendida em 1996, e o seu doutorado, *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência mineira e de Tiradentes*, defendida em 2001. Com o objetivo de promover uma revisão da história do ensino de história no Brasil, destacou o seu surgimento como um artefato de exaltação do Estado e da nação em formação no século XIX; e a entrada da sociedade civil no século XX, ao se priorizar a formação do trabalhador, e mais recentemente do cidadão (a partir dos anos de 1980). Para ela é “difícil precisar o ensino de História no Brasil antes das primeiras décadas do século XIX, quando se constituía o Estado nacional e eram elaborados os projetos para a educação no Império” (2003: 37). Porque a política implantada pelo Marquês de Pombal (1750-1777) no século XVIII procurava silenciar a herança do ensino jesuíta, até então o único nessas terras, e que foi introduzido na América Portuguesa a partir de 1549 com o Padre Manuel da Nóbrega, e sendo expulsos em 1759. Nesse período, a História “não se constituía (...) como disciplina escolar e tinha, na verdade, função instrumental, com objetivos exteriores a ela” (2003: 39). Para ela a “constituição da História como disciplina escolar no Brasil (...) ocorreu após a Independência [em 1822], no processo de estruturação de um sistema de ensino para o Império” (2003: 42). Observa que o Colégio Pedro II, criado em 1837, manteve a centralização da disposição curricular no ensino secundário até a década de 1930. Durante esse período as elites teriam pensado a questão da identidade nacional, em comparação com a mestiçagem, visto que a herança da cultura afro-brasileira era consideravelmente relevante. Quando em 1931, o então Ministro da Educação e Saúde Francisco de Campos promoveu reformas no ensino público e privado em todos os níveis, e que foi implementada, nesse processo, a nacionalização da educação, por meio do projeto centralizador do Estado, que iria se dissolver o lugar central até então ocupado pelo Colégio Pedro II. Mesmo na década de 1950 reavendo temporariamente seu ‘papel’, o Colégio Pedro II, nas décadas seguintes não mais ocuparia àquela importância.

Por outro lado, até a década de 1930, o papel do IHGB foi primordial, inclusive porque “produzia-se e ensinava-se, a julgar pelos programas e pelos textos dos livros didáticos, uma História eminentemente política, nacionalista e que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja Católica e a monarquia” (2003: 47). Contudo, vale destacar, que a autora quase nada falou sobre o surgimento das universidades, a partir da década de 1920. Sem contar que na narrativa da autora, a contribuição das universidades para o ensino de história no Brasil pareceu senão nula, no mínimo muito incipiente, coisa que de fato não procederia. Mais, a partir da década de 1980, sua análise no capítulo em questão centraliza-se mais no Estado de Minas Gerais, do que no país, com ênfase na forma como a Inconfidência mineira foi interpretada pela historiografia brasileira e incorporada nos livros didáticos e pelos professores de ensino médio e fundamental, e na maneira como as propostas de ensino deste Estado alcançavam relevo nacional. Dimensão evidentemente importante, embora insuficiente para se compreender a história do ensino de história, em toda sua complexidade, durante o período da chamada ‘redemocratização’ do Brasil.

No quarto capítulo discute algumas conexões entre o ensino de história e a historiografia, valendo destaque para questões como a escravidão, tal como tratada nos livros didáticos, quanto por professores do ensino fundamental e médio. Novamente, a autora revela ser um tema oportuno para pesquisas, com destaque para a maneira como a questão foi tratada nos meios de comunicação de massas, como as telenovelas.

Encerrada a leitura do texto, abrem-se possibilidades para se reinterpretar a história do ensino de história no Brasil, e até então conhecida, com destaque especial para um convite a novas pesquisas, porque, segundo destaca a autora, “talvez este livro fustigue algumas dessas questões e estimule velhos e jovens historiadores e professores de História a olhar seu próprio caminho, reconhecer-lhe as trilhas, os obstáculos, as pequenas pedras, os passantes, as paisagens” (2003: 106).